



16º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais

Tema: “40 anos da “Virada” do Serviço Social”

Brasília (DF, Brasil), 30 de outubro a 3 de novembro de 2019

Eixo: Movimentos Sociais e Serviço Social.

ESQUERDA CATÓLICA, SERVIÇO SOCIAL E MOVIMENTOS SOCIAIS NO BRASIL: 1950 e 1960

Juliano Zancanelo Rezende¹

Ana Clara Serpa Cardoso²

Maila De Paula Ferreira³

Resumo: Este artigo é resultado de uma pesquisa, ainda em andamento, sobre a relação do Serviço Social com os movimentos e lutas sociais no Brasil, no período de 1960-1980. Neste trabalho, procuramos evidenciar de que forma a emergência e desenvolvimento da esquerda católica brasileira, nas décadas de 1950 e 1960, influenciou a organização e mobilização das camadas populares em diversos movimentos sociais posteriores, possibilitando ao Serviço Social contato com esses grupos e sua realidade, através das experiências de trabalho de base que era realizado e que, também, influenciou segmentos profissionais do Serviço Social que orientaram suas intervenções pelo Desenvolvimento de Comunidade, de perspectiva heterodoxa.

Palavras-chave: Esquerda Católica; Serviço Social; Movimentos Sociais.

Abstract: This article is the result of a research, still in progress, on the relation of Social Work to social movements and struggles in Brazil in the 1960-1980 period. In this work, we seek to show how the emergence and development of the Brazilian Catholic Left in the 1950s and 1960s influenced the organization and mobilization of the popular strata in various later social movements, enabled the Social Work to contact these groups and their reality through experiences of basic work that was carried out and also influenced professional segments of the Social Work that guided their interventions for Community Development, from a heterodox perspective.

Keywords: Catholic Left, Social Work, Social Movements.

INTRODUÇÃO

Este artigo compõe um dos resultados de um projeto de pesquisa que tem como objeto de estudo a relação do Serviço Social com os movimentos e lutas sociais no Brasil, desenvolvida nas décadas de 1960 a 1980. Neste trabalho, abordaremos a emergência e desenvolvimento da chamada esquerda católica por compreendê-la como uma das mediações fundamentais que possibilitaram o maior envolvimento do Serviço Social brasileiro, com as formas de organização e resistência das camadas sociais subalternas no cenário nacional.

¹ Estudante de Pós-Graduação, Universidade Federal de Juiz de Fora, E-mail: julianozancanelo@gmail.com.

² Estudante de Graduação, Universidade Federal de Juiz de Fora, E-mail: julianozancanelo@gmail.com.

³ Estudante de Graduação, Universidade Federal de Juiz de Fora, E-mail: julianozancanelo@gmail.com.

Inicialmente, realizamos um resgate histórico do surgimento da ação católica no Brasil e o desenvolvimento do envolvimento político de segmentos da Igreja com as experiências de lutas sociais protagonizadas pelas classes subalternas, destacando o papel da juventude católica, em particular da Juventude Universitária Católica (JUC). Foi no contato e proximidade com as experiências de organizações populares, entre meados de 1950 a 1960, que a esquerda cristã, através da educação popular de base e referenciada por um viés crítico e progressista, participou ativamente de processos de politização das camadas subalternas que resultaram na “conscientização fundada na própria cultura do povo e no conjunto de suas relações sociais” (AMMANN, 2009, p.92). Nesse processo, destacamos a presença de segmentos profissionais do Serviço Social que orientaram suas intervenções pelo Desenvolvimento de Comunidade (DC) de perspectiva heterodoxa, como explicita Ammann (2009).

Com a instalação do golpe civil militar em 1964, mesmo com a gigantesca repressão aos movimentos sociais, a esquerda católica desempenhou a resistência junto com outros sujeitos e organizações políticas, mesmo na clandestinidade e sofrendo constante perseguição política. Rezende (2018) destaca que, neste período, estudantes de Serviço Social vinculados à militância da esquerda cristã – atuantes na JUC e na Ação Popular (AP), por exemplo – se transformaram, posteriormente, em quadros de referência teórica do Serviço Social brasileiro. Quadros esses que, inclusive, atuaram como protagonistas na consolidação de uma hegemonia crítica na direção social da profissão posteriormente. Ainda, cabe destacar que, no âmbito do Serviço Social, a esquerda católica foi majoritariamente responsável pela inflexão de segmentos da profissão na resistência à autocracia burguesa no Brasil.

No campo do Serviço Social, a resistência à ditadura não passou essencialmente pelo Partido Comunista ou por sua influência: deveu-se – especial, mas não exclusivamente – às lutas de companheiros da esquerda católica. Marilda Iamamoto, por exemplo, (e poderia citar muitas companheiras mais), vem da esquerda católica. Eu diria que a presença dos comunistas no Serviço Social foi, até então, uma presença residual (NETTO, s/d, s/p apud MORAES, 2014, p.56-57).

DESENVOLVIMENTO

A partir de 1920, o pensamento católico, até então hegemônico, começa a perder espaço e legitimidade para o pensamento científico, aliado à chegada das igrejas evangélicas (pentecostais e neopentecostais) ao Brasil. Neste contexto, é rompido o monopólio religioso que o catolicismo exercia até então no país, o que pressiona a hierarquia da Igreja católica a fortalecer a expansão das atuações dos leigos na vida social,

especialmente junto aos setores populares pelas ações desenvolvidas por meio da Ação Católica.

A Igreja católica percebeu que necessitava de uma mudança, uma renovação, pois estava perdendo sua credibilidade e sua hegemonia na sociedade. Uma das primeiras atitudes foi redefinir a atuação do leigo em sua estrutura. Desta maneira, em 1929, o Papa Pio XI lança a Ação Católica (AC), que proporciona uma aproximação maior da hierarquia com os leigos com o objetivo de controlar suas ações e direcioná-las para o fortalecimento da Igreja na sociedade. Lançada para o mundo todo e defendida pelo Papa como urgente e insubstituível, a AC chega ao Brasil na década de trinta do século XX com o objetivo de envolver os leigos na ação evangelizadora como apóstolos oficiais (AÇÃO CATÓLICA, 1938, p.117-120 apud BARBOSA, 2007, p.43).

A aproximação da Igreja com o universo das relações de trabalho e condições de vida da classe trabalhadora se deram a partir dos Círculos Operários⁴ em 1932, por meio dos quais, “a Igreja assumiu para si a tarefa de educar os trabalhadores na fé cristã e na ordem” (BARBOSA, 2007, p. 25). A Ação Católica brasileira surge em 1935 devido a um processo de instabilidade da Igreja Católica frente ao Estado, que decorria desde a promulgação da Constituição de 1891 e fez com que a instituição sofresse diversas perdas e prestígio, principalmente frente aos seus devotos. O que propiciou bom terreno para a disseminação dos seus objetivos e ensinamentos foi uma união não oficial entre Igreja e Estado no período de 1930 a 1945, com a assunção de Getúlio Vargas ao poder. Vargas intencionava ter na Igreja Católica uma forte aliada para fortalecer seu governo, na direção de utilizar a religião para usá-la como instrumento de dominação. O domínio da fé por parte dos católicos teria ficado evidente. O Estado precisava manter o espírito cristão, e Vargas precisava ser visto como “pai” da nação em uma perspectiva cristã. Essa união resultou no surgimento de novo métodos por parte da Igreja para mudar sua forma de ação, sendo um deles a criação da Ação Católica. O intuito dessa organização, no seu surgimento, é contribuir para uma formação cristã de jovens trabalhadores e cristãos, em contrapartida aos ideais liberais, ao socialismo e ao individualismo. A base para a sua criação foi o Centro Dom Vital, fundado em 1922 por Dom Sebastião Leme de Silveira Cintra – liderança católica de relevância junto a outros nomes, como Jackson de Figueiredo. Esses intelectuais defendiam um nacionalismo de direita. Assim, a Igreja tinha como objetivo principal recuperar o seu prestígio com a sociedade e reconquistar o Estado sob novas condições, por meio da aproximação com o movimento de jovens cristãos, entendendo a importância da influência dos mesmos junto aos problemas advindos do mundo moderno e seu contexto

⁴ Associações civis de trabalhadores, de inspiração católica, surgidas no Brasil na década de 1930. A primeira dessas associações foi o Círculo Operário Pelotense, fundado na cidade de Pelotas (RS) em 15 de março de 1932. Inspiravam-se na tradição intelectual italiana do corporativismo e na própria orientação do regime de Vargas, favorável ao desenvolvimento do movimento operário católico como um meio de resguardar os trabalhadores da influência comunista. Ao surgir, este movimento possuía ligações com os setores dirigentes, tendo no general Flores da Cunha um de seus inspiradores. Por esta razão, os líderes católicos puderam gozar de uma série de facilidades que não foram usufruídas por outras organizações. KORNIS, Mônica. *Círculos Operários*. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/circulos-operarios>.

de industrialização e formação da classe operária. Nesse contexto, em 1930, era publicada a encíclica *Rerum Novarum*, a qual tratava da questão operária, trazia críticas ao liberalismo, como também ao socialismo, além de requisitar a intervenção econômica do Estado e defender a conciliação entre as classes sociais.

A *Rerum Novarum* foi considerada precursora, entre as ações e documentos oficiais da igreja, que buscavam alertar sobre a precarização a que eram submetidos os trabalhadores no modo de produção capitalista. Conforme Barbosa (2007), esse foi o primeiro, entre vários alertas, sob a forma de encíclicas, que irão compor o que será denominado por doutrina social da igreja. De acordo com BARBOSA (2007, p.25):

A chamada Reação Católica aglutinou em torno do Cardeal Leme aqueles intelectuais que terminam por compor o Centro D. Vital e a revista *A Ordem*, cujo nome é emblemático da leitura que a hierarquia eclesiástica realizava sobre a sociedade brasileira de então. Deste núcleo intelectual, tendo à frente Jackson de Figueiredo e, após a sua morte, Tristão de Atayde, saem os principais indicativos da doutrina social católica e as propostas que, a partir dos anos 1930, vão constituir os discursos sobre a normatização da questão trabalhista e assistencial no Brasil. Com Getúlio Vargas, a igreja retomou alguns dos mais importantes espaços perdidos com o advento da república. Quando chegou a Constituinte de 1934, por meio da Liga Eleitoral Católica (LEC), a vitória se evidenciou com as reformas constitucionais: desde reivindicações eclesiásticas particulares até a legislação trabalhista, sindical e assistencial, além do direito de mobilização e educação da classe operária, por meio do Estado, como o ensino religioso. Na Itália, Mussolini tinha dado à Igreja o monopólio da educação, tais fatos são evocados na Igreja do Brasil.

No cenário mundial, com o fim da Segunda Guerra, gradativamente, a Europa se reconstruía política e economicamente. Paralelamente, retornava ao cenário político o movimento da Democracia Cristã “que, entre o arrefecimento do poder da direita tradicional e o crescimento da influência dos comunistas, passava a se constituir numa força político-ideológica importante” (BARBOSA, 2007, p. 26). Neste contexto, na América Latina, a Democracia Cristã restringia-se apenas aos círculos católicos, nos quais predominava um catolicismo conservador. Após Leão XIII e a encíclica *Rerum Novarum*, a democracia cristã cresceu entre os militantes europeus e aumentou sua influência sob os partidos católicos. Esse desempenho do movimento na Europa ganha força na América Latina por meio do Movimento de Montevideú, que “surgiu com o objetivo de promover estudos dos problemas político-econômicos da América e criar um programa baseado nos princípios políticos da Democracia Cristã, mas de cunho mais à esquerda”. (BARBOSA, 2007, p. 27) A finalidade deste seria “impedir o florescimento no território latino-americano do totalitarismo, tanto de direita quanto de esquerda” (BARBOSA, 2007, p. 27).

Convencidos da premente necessidade de consolidar a democracia na América Latina contra o ‘perigo do totalitarismo’, os participantes do congresso democrata cristão acreditavam que não haveria democracia sem justiça social e ambas não seriam alcançadas sem o desenvolvimento econômico dos países latino-americanos. Diante dessa conclusão, o grupo de católicos reunidos na capital uruguaia decidiu elaborar um programa de princípios com vistas a orientar todos aqueles que estivessem dispostos ao trabalho de vê-lo aplicado às instituições política econômica e cultural do nosso continente, o que, acreditavam, abriria um

caminho sólido na consolidação da democracia. O programa de princípios democrata cristão contido na chamada Declaração de Montevideu, considerada como o documento fundador do movimento democrata cristão supranacional no continente americano, explicita a sua filiação aos ensinamentos da Doutrina Social Cristã e ao “humanismo integral” de Jacques Maritain (BARBOSA, 2007, pgs. 27-28).

A Declaração de Montevideu representou “a abertura de um caminho na busca por reformas nas injustas e arcaicas estruturas econômica e social da América Latina num contexto marcado pelo autoritarismo, clientelismo e ausência de formas de consolidação democrática” (BARBOSA, 2007, p. 29). O autor destaca também que, “nos anos 1950 e 1960, a América Latina presenciou a emergência ou a reorganização de grupos e partidos democratas cristãos, muitas vezes denominados como sociais cristãos, frutificando assim algumas expectativas do Movimento de Montevideu” (BARBOSA, 2007, p. 30).

É nesse contexto que, na década de 1950, organizações estudantis passaram a compor a Ação Católica brasileira, sendo de extrema importância no desenvolvimento de uma leitura mais crítica da realidade, devido à inserção de segmentos juvenis dessas organizações em movimentos e partidos políticos de esquerda. Conforme Pinheiro (2011), são elas: a JOC (Juventude Operária Católica), a JAC (Juventude Agrícola Católica), a JEC (Juventude Estudantil Católica), a JUC (Juventude Universitária Católica) e a JIC (Juventude Independente Católica). A experiência de alguns desses grupos ultrapassou o âmbito estritamente eclesial, evoluindo para uma visão cristã inovadora, em que muitos se aproximaram com a política e movimento estudantil, chegando a disputar entidades como a União Nacional dos Estudantes (UNE) – tendo a JUC conquistado a direção desta entidade em aliança com estudantes de tendências comunistas. Das organizações citadas, cabe destaque o papel da JUC dentro da esquerda católica que, apesar de adentrar na Ação Católica só por volta de 1950, já existia anteriormente, como sinaliza Ridenti (2002). A JUC criou uma identidade no meio universitário, colocando-se nele como a representação oficial da Igreja Católica.

A JUC iniciou suas atividades voltadas para a formação doutrinária do estudante universitário. Como aponta Ridenti (2002, p.2), a preocupação inicial era dar formação aos membros da JUC, aprofundando sua fé e espiritualidade.

A visão de mundo que deu origem à JUC estaria ancorada na doutrina medieval da Igreja: a tarefa do homem na Terra seria espelhar a ordem divina ideal, tanto em sua alma como na sociedade. Assim, a predisposição seria valorizar a ordem e a harmonia social, acatar as estruturas e as instituições existentes, cujos eventuais problemas estariam nas falhas das pessoas que as compõem. Caberia, no máximo, reformar as consciências individuais para que uma ordem harmônica e justa imperasse no mundo, espelhada na vontade de Deus.

Com o seu desenvolvimento, preponderará uma visão que inclui a universidade na totalidade dos “problemas” sociais, criticando a formação individualista em face do subdesenvolvimento da sociedade brasileira (PINHEIRO, 2011, p.26). Os membros da JUC

passaram a questionar diversos aspectos da ideologia dominante da Igreja Católica e, principalmente, buscaram compreender realidade social por eles vivenciada.

Eles eram influenciados pela discussão teórica no interior da própria Igreja, em particular pelas obras de Jacques Maritain, Emmanuel Mounier e Pierre Teilhard de Chardin; ficaram marcados pelo pontificado progressista do Papa João XXIII a partir de 1958; além de confrontar-se com as desigualdades gritantes da sociedade brasileira e com o ascenso na mobilização política de trabalhadores urbanos e rurais, numa dada evolução da conjuntura política nacional – nos anos liberais do governo de Juscelino Kubitschek (1956-1960) – e internacional, notadamente com a vitória da Revolução Cubana em 1959. A JUC agia em meio a circunstâncias históricas que marcaram os anos 50 e 60. Em âmbito internacional, foram vitoriosas ou estavam em curso inúmeras revoluções de libertação nacional, algumas marcadas pelo ideário socialista ou terceiro mundista, por exemplo, a revolução cubana de 1959, a independência da Argélia em 1962 e outras, além de lutas anticoloniais na África e na Ásia etc. Também era contestado o modelo soviético de socialismo, considerado burocrático e acomodado à ordem internacional estabelecida pela guerra fria, algo que também se fazia sentir no plano interno: começavam a surgir novas referências na esquerda – inclusive de cristãos, católicos na maioria, mas também protestantes –, que ameaçavam a hegemonia do pró-soviético e clandestino PCB. Delineava-se a polarização social que levaria ao golpe de 1964 (RIDENTI, 2002, p. 5).

Essas influências histórico-conjunturais contribuíram para que a JUC revisse sua atuação frente ao meio acadêmico, compreendendo que a Universidade está inserida no contexto da vida social. Nesta direção, começam a desenvolver suas atividades para fora dos muros acadêmicos. A obra de Maritain ganha destaque para a evolução política e ideológica da JUC. Porém, mais adiante, suas ideias passam a ser consideradas ultrapassadas por segmentos internos da JUC, mais próximos dos pensamentos de esquerda, sendo agora influenciados por Emmanuel Mounier e Pierre Teilhard de Chardin. De acordo com Ridenti (2002, p.5), “a JUC e de modo geral a Ação Católica brasileira dividem-se, ao longo dos anos 50, em duas tendências divergentes: a dos discípulos de Maritain, que se tornarão democratas-cristãos, e aquela dos discípulos de Lebreton e Mounier, que tomará o caminho do socialismo”. Em 1960, essas tendências internas se desdobram em ações de rompimento na JUC, evidenciando com mais radicalidade as divergências entre um polo mais crítico, que se interessava por política, movimento estudantil e pelo marxismo e outro pautado nas vertentes tradicionais da Igreja.

No contexto da década de 1950, além dos conflitos no interior da Igreja católica, era problemática também a realidade socioeconômica e política brasileira. Após a acelerada fase de industrialização do governo Juscelino Kubitschek, os problemas sociais se avolumavam e faziam surgir muitos movimentos sociais. Juscelino Kubitschek foi sucedido por Jânio Quadros na presidência, entretanto, sua eleição, marcada por uma tônica populista, marcava o início de uma crise entre o Congresso Nacional e o Executivo. Por diversos fatores, Jânio se manteve no poder por apenas sete meses. Com sua renúncia, assume o cargo de presidente seu vice, João Goulart, que pelo fato de durante sua carreira

política ter sido ministro do governo de Getúlio Vargas e por seus vínculos com o movimento sindical, era considerado pelos setores conservadores como uma ameaça à ordem burguesa.

Nesse cenário, os movimentos sociais também foram ganhando corpo, as ligas camponesas, a sindicalização rural, o MEB, incendiavam o campo na luta pela reforma agrária. Nas cidades, a CGT, através de greves, mobilizou larga fatia do operariado e, via de regra, conseguia aumentos salariais de acordo com a taxa inflacionária. [...] As reformas de base prometidas pelo presidente João Goulart pareciam ter assanhado um espírito renovador nas instituições e movimentos sociais. Enquanto setores reformistas da CNBB, majoritários então, incentivaram para que as reformas prometidas pelo governo fossem efetuadas, um setor integrista, minoritário, recusava as reformas (principalmente a reforma agrária) e denunciava a esquerdização da Ação Católica (BARBOSA, 2007, p. 59-60).

Impulsionada por essa conjuntura de aumento da conflitividade social posta pelo desenvolvimento de movimentos e organizações populares, agrárias e operárias e das influências de um pensamento social que não cabia nos moldes do conservadorismo da Igreja Católica, a ala considera mais “à esquerda” da JUC criou a Ação Popular (AP), em 1962. Cabe destacar que essa organização não surgiu apenas de influência da JUC, mas também da participação de estudantes independentes e de correntes evangélicas. Apesar de uma origem variada e de influência diversa, é protagônico o papel desenvolvido pela ala de esquerda da JUC para a criação da AP.

A Ação Popular foi um movimento político não confessional dedicado à luta pelo socialismo. No decorrer do seu processo de desenvolvimento, passou a organizar-se em setores políticos, sendo que suas influências ultrapassaram fronteiras nacionais. Esse movimento, no seu surgimento, teve uma forte influência do marxismo. Porém, é notável que o referencial marxista era ainda apropriado de forma “enviesada”, em que assumia-se uma visão romântica e utópica acerca do capitalismo. Acerca dos seus primeiros posicionamentos e conquistas, Ridenti (2002, p.9) aponta:

A AP obteve certo êxito no processo de organização de sindicatos rurais, promovido pela Superintendência para a Reforma Agrária (SUPRA), órgão do governo federal, criado em outubro de 1962 pelo Presidente da República, o trabalhista João Goulart. A organização participou ainda da criação e da primeira diretoria da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG). Por aí se vê que a AP, embora com discurso e postura à esquerda do governo, integrou-se ao esforço reformista da época, a partir da ação do Estado, junto ao qual reivindicava a implementação das chamadas *reformas de base* na sociedade brasileira, como as reformas agrária, educacional, fiscal, administrativa e outras que promovessem melhor distribuição de riquezas e direitos sociais.

De acordo com Ridenti (2002), o surgimento da Ação Popular no seio da Igreja católica brasileira “foi precursor da Teologia da Libertação e de importantes movimentos católicos nos anos subsequentes, por exemplo, as Comunidades Eclesiais de Base, herdeiras do romantismo revolucionário do catolicismo de esquerda no Brasil nos anos 60” (2002, p.1).

Esses anos iniciais da década de 1960 são marcados pelas transformações ocorridas no interior da Igreja. O Concílio Vaticano II⁵ aproximava a Igreja dos leigos, ampliando a participação destes em diversos espaços da sociedade. Em países como o Brasil, marcado por insuficiente quantidade de padres, os leigos começavam assumir a tarefa de evangelização junto ao povo. Conforme sinaliza Barbosa (2007, p.61), enquanto “setores da igreja ligados à Ação Católica encampavam a tese das reformas de base” outros setores alinhavam-se à classe média e burguesia paulistana para promover a ‘Marcha da Família com Deus pela Liberdade’, a qual tinha por objetivo posicionar-se contra João Goulart e conter o avanço do que era considerado como ameaça “comunista” por estes setores.

Em polo oposto, a vinculação de setores da igreja às lutas sociais que se sintetizam em torno das bandeiras pelas reformas de base no período do governo Goulart já são evidenciadas, segundo Schwarz (2005) apud Moraes (2014), na segunda metade da década de 1950, pelas ações dos projetos desenvolvimentistas fomentados pelo Estado com a finalidade de modelamento de novos valores e relações para a integração social na modernização capitalista. Grupos organizados com nítida influência da esquerda católica atuavam em territórios comunitários e periféricos, tendo contato com experiências de movimentos populares. A atuação de boa parte desses grupos, principalmente aqueles que tinham vinculação política com a militância popular e de esquerda cristã, era orientada pela concepção da educação popular de base. Sob essa perspectiva que demarca-se o contato de segmentos profissionais de assistentes sociais com organizações populares de territórios comunitários a partir do exercício profissional orientado pelo Desenvolvimento de Comunidade (DC). Conforme Ammann (2009), existiam maneiras distintas de intervenção do Serviço Social no Desenvolvimento de Comunidade, inclusive com interpretações de participação social também diversas.

O Desenvolvimento de Comunidade, em sua produção “clássica”, pode ser classificado como DC ortodoxo, ou seja, está fundamentado em um “caráter acríptico e aparentemente apolítico e aclassista” (AMMANN, 2009, p.84). Essa perspectiva é envolvida pelos pressupostos funcionalistas, e apresenta a necessidade de integração social como

⁵ O Concílio Vaticano II foi uma série de conferências realizadas entre 1962 e 1965, consideradas o grande evento da Igreja Católica no século 20. Com o objetivo de modernizar a Igreja e atrair os cristãos afastados da religião, o papa João XXIII convidou bispos de todo mundo para diversos encontros, debates e votações no Vaticano. Da pauta dessas discussões, constavam temas como os rituais da missa, os deveres de cada padre, a liberdade religiosa e a relação da Igreja com os fiéis e os costumes da época. [...] Após três anos de encontros, as autoridades católicas promulgaram 16 documentos como resultado do Concílio. Muitas novidades apareceram nas questões teológicas e na hierarquia da Igreja. NAVARRO, Roberto. O que foi o Concílio Vaticano II? Disponível em: <https://super.abril.com.br/mundo-estranho/o-que-foi-o-concilio-vaticano-ii/>

determinante para a promoção da harmonia da vida social, percebendo a comunidade como “unidade consensual”. A ação do DC ortodoxo não busca interferir nas relações estruturais de dominação, pelo contrário, pretende agir sobre contextos residuais e imediatos, utilizando-se da cooperação solidária entre os indivíduos enquanto meio para se alcançar os resultados esperados.

Ao mesmo tempo em que as experiências de DC foram se processando, movimentos sociais também foram se desenvolvendo em meio à conjuntura brasileira – destacando-se o período de início da década de 1960. O amadurecimento reivindicatório e organizativo desses sujeitos coletivos caminhou para um horizonte taticamente comum: a defesa das reformas de base. Segundo Ammann (2009), foi nesse contexto de maior participação dos movimentos sociais na arena política do país que experiências de Desenvolvimento de Comunidade de caráter heterodoxo se gestaram. E para descrever essa “nova” perspectiva de DC, a autora se utiliza da relação com o Movimento de Educação de Base (MEB) como exemplo, pelos seguintes motivos:

a) caracterizou-se como um programa de Desenvolvimento de Comunidade; b) realizou uma ação abrangente nas áreas de educação, trabalho, cultura popular, sindicalismo rural etc.; c) teve repercussão nacional atuando nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste; d) obteve significativa influência política no meio rural dessas regiões, durante o período de 60, março/64; e) surgiu como movimento de intelectuais vinculados às classes dominantes, e tentou progressivamente estabelecer um vínculo orgânico com as classes dominadas (AMMANN, 2009, p.90).

A partir do contato com as experiências populares e pela proximidade com setores da esquerda cristã, o MEB transita de uma perspectiva inicial de integração social por meio da educação de base disciplinadora para um viés crítico e progressista que pretende contribuir para o processo de politização das camadas subalternas, especialmente no âmbito rural. Esse caminho percorrido pelo MEB demonstra a diferenciação entre o DC ortodoxo (exemplificada na primeira fase do MEB) e o DC heterodoxo (demonstrado na segunda fase do MEB).

Com o golpe civil-militar de 1964, as experiências de Desenvolvimento de Comunidade sob a orientação heterodoxa foram abortadas. O processo de modernização capitalista vergou-se para a via da hipertrofia dos aparatos coercitivos do Estado e as experiências de organização popular sofreram gigantesca repressão. Nesse cenário pautado pela coerção, houve rupturas no desenvolvimento dos processos de educação popular de base, sendo desmanteladas as experiências comunitárias que, inclusive, eram influenciadas pela esquerda católica. Entretanto, mesmo com todo autoritarismo do regime, as lutas e movimentos populares não se findaram, mas passaram por um declínio organizativo e de mobilização.

Esse cenário de avanço dos setores conservadores na sociedade brasileira, que resultou no golpe civil militar de 1964, influencia o posicionamento oficial da Igreja e traz

impactos para a organização dos movimentos da esquerda católica. Entre os anos de 1950-1960, de acordo com Barbosa (2007), a JUC cresce, vive a radicalização de sua prática política, causa impactos na Igreja e na sociedade e desaparece no início da fase autoritária do regime, entre 1965 a 1968.

Com o golpe militar e as mudanças de orientação ocorridas na cúpula da Igreja a partir de 1964, a JUC foi conduzida a um processo de esfacelamento que culminou com sua extinção nos anos de 1967 e 1968. O movimento jucista, além de apresentar para toda a Igreja a dimensão política da fé, desenvolveu uma pedagogia de formação caracterizada pelo método ver-julgar-agir, e pela revisão de vida, que foram fundamentais para o desenvolvimento do método de formação da Pastoral da Juventude. A JUC e grande parte dos movimentos de Ação Católica Especializada deram uma grande contribuição para o surgimento de um modelo de Igreja a partir dos empobrecidos. Como afirma Beozzo (1994), as juventudes da ACE foram as que melhor aproveitaram as definições do Concílio Vaticano II e que, segundo Löwy (2000), possibilitou a potencialização e a sistematização do “cristianismo da libertação”, pois essas juventudes desenvolveram uma organização nacional que conseguia articular as experiências locais com a conjuntura social e religiosa da época (BARBOSA, 2007, pgs. 46-48).

Os grupos da esquerda católica tiveram o desenvolvimento de seus trabalhos junto aos territórios comunitários interrompidos, pois a intervenção política de tais sujeitos coletivos – referenciada na educação de base – contrariava a promoção da “harmonia social” da ditadura. A militância religiosa, que atuava nas organizações do movimento católico progressista, passou a ser reprimida tanto pelo regime ditatorial como também pela própria Igreja.

A Esquerda católica Brasileira da década de 60 foi a verdadeira precursora do cristianismo da libertação. Em junho de 1964, depois de dois meses de reflexão, a Conferência dos Bispos (CNBB) publicou uma declaração de apoio ao Golpe. Militantes cristãos da JEC, JUC e da JOC e da Ação Católica em geral foram caçados pelas novas autoridades, a Esquerda Católica foi esfacelada pela repressão e marginalizada (LÖWY, 2000, p. 141 apud MORAES, 2014, p.92).

CONCLUSÃO

Realizar de forma sumária e esquemática este recorte histórico acerca do processo de desenvolvimento da ação católica e da esquerda católica brasileira nos evidencia elementos que influenciaram a passagem de grupos cristãos ao marxismo em contextos particulares da realidade nacional, latino-americana e mundial. Ressalta-se, aqui, a importância de compreendermos essa relação entre marxismo e cristianismo no Brasil, visto que as mudanças introduzidas na vida de militantes cristãos, ao começarem a se aproximar do pensamento marxista, contribuíram para a sua organização como sujeitos coletivos e para o surgimento de organizações de cunho político que atuaram em espaços de trabalho de base popular. Além disso, realizar este estudo, inicialmente, contribui para uma melhor compreensão da história do Serviço Social brasileiro e de sua relação com os movimentos

populares no início da década de 1960, possibilitada pela influência da esquerda católica, que ganhou repercussões importantes não só para os movimentos sociais populares como também para segmentos do Serviço Social – vide exemplos de experiências do chamado Desenvolvimento de Comunidade heterodoxo, as quais contaram com a presença marcante da esquerda cristã, conforme assinala Ammann (2009).

REFERÊNCIAS

AMMANN, Safira Bezerra. **Ideologia do desenvolvimento de comunidade no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2009.

BARBOSA, Imerson Alves. **A Esquerda Católica na formação do PT**. Dissertação de Mestrado. São Paulo: UNESP, 2007.

NAVARRO, Roberto. **O que foi o Concílio Vaticano II?** Disponível em: <https://super.abril.com.br/mundo-estranho/o-que-foi-o-concilio-vaticano-ii/>

PINHEIRO, LUCÍ Faria. **Serviço Social, Religião e Movimentos Sociais no Brasil**. Rio de Janeiro: Ed. Gramma, 2010.

REZENDE, Juliano Zancanelo. “A relação do Serviço Social com os movimentos e lutas sociais: contribuições históricas para a ruptura com o conservadorismo da profissão no Brasil”. **Trabalho de Conclusão de Curso**. Juiz de Fora – MG: Faculdade de Serviço Social, UFJF, 2018.

RIDENTI, Marcelo S. “Ação Popular: cristianismo e marxismo”. In: REIS, Daniel Aarão e RIDENTI, Marcelo (orgs.). **História do marxismo no Brasil**. Partidos e organizações dos anos 20 aos 60. Campinas: Editora da UNICAMP, 2002.

KORNIS, Mônica. **Círculos Operários**. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbetes-tematicos/circulos-operarios>> Acesso em: 16 de junho de 2019.